



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Aos partidos políticos, com vista à Legislatura que se iniciará na sequência das eleições de 10 de março de 2024

Por que lutam os Professores

Os professores e os educadores têm lutado contra a desvalorização da sua profissão – cuja consequência mais gritante vem sendo a crescente falta de professores nas escolas – e a falta de investimento adequado na Educação, dificultando às escolas a garantia de todas as respostas que lhes são exigidas.

O governo tem tentado descrever como suficientes as verbas para a Educação, previstas nos Orçamentos do Estado. Isso não é verdade. Como confirma o último relatório da OCDE, a despesa com a educação básica e secundária em Portugal está 14% abaixo da média do conjunto de países daquela organização internacional.

Este subfinanciamento, que está a tornar-se crónico e que poderá pôr em causa a Escola Pública no prazo de 10 anos, impede a melhoria das condições de trabalho nas escolas, a melhoria das condições de aprendizagem dos alunos e, no caso dos docentes, a tomada de medidas que confirmem atratividade à profissão.

A realidade que temos é muito preocupante: milhares de professores abandonam precocemente a profissão, os jovens que concluem o Ensino Secundário não procuram os cursos de formação de docentes e os mais velhos, na grande maioria exaustos e desencantados, anseiam pelo momento da aposentação. As medidas que foram recentemente aprovadas não trouxeram as mudanças necessárias e não será a redução da duração e do nível de qualidade da formação inicial de professores que resolverá o problema de forma sustentada. Poderá ser mitigado no que concerne à quantidade, mas correndo graves riscos quanto à futura qualidade do ensino.

Os professores não podem pactuar com o tratamento que lhes é dado e que, a não ser alterado, tenderá a provocar um desastre na Educação e no futuro do país, sendo essa razão fundamental por que têm estado e continuarão a lutar. Para ultrapassar os problemas, a FENPROF considera muito

importante a assinatura de um Protocolo Negocial com a próxima equipa do Ministério da Educação, tendo a Legislatura como horizonte temporal. A FENPROF espera, assim, o retorno face aos problemas que, na que agora termina, não houve, tendo o governo, por norma, decidido sozinho, ignorando as propostas que as organizações sindicais apresentaram. Os resultados são os que se conhecem!

Como é do conhecimento geral, os salários têm-se desvalorizado como nunca, a precariedade continua a arrastar-se, o envelhecimento do corpo docente tem-se agravado, as condições de trabalho não melhoram, antes pelo contrário... Tudo isto tem desvalorizado e retirado atratividade à profissão docente, levando ao abandono de quase vinte mil profissionalizados e à falta de candidatos em número suficiente aos cursos de formação de professores.

Todavia, para além desta forte quebra de atratividade, de que resulta uma crescente falta de professores nas escolas, os professores sentem-se desrespeitados devido à:

- Falta de medidas adequadas que previnam situações de indisciplina e mesmo violência nas escolas;
- Imposição de um regime de mobilidade por doença [incapacitante] que deixa de fora inúmeros/as docentes que deveriam ser protegidos/as, face à doença de que padecem;
- Insuficiência de horas disponíveis nas escolas para a gestão de projetos e a garantia de apoios específicos a alunos que deles necessitam, o que está a provocar uma maior redução de recursos humanos docentes disponíveis e a gerar um agravamento das condições de trabalho de quem nelas exerce atividade;
- Carência de recursos para que uma efetiva educação inclusiva seja realidade nas escolas, o que resulta, principalmente, do subfinanciamento da Educação (o valor previsto no OE 2024 não vai além dos 2,9% do PIB).

Os professores têm lutado e continuarão a lutar, porque querem a resolução dos problemas que afetam as escolas e a sua profissão. Os professores não abdicam de uma Escola Pública de qualidade!

Objetivos reivindicativos prioritários para os docentes

Para os professores e os educadores só o devido financiamento da Educação, na ordem dos 6% do PIB, como recomendam as organizações internacionais, garantirá o normal funcionamento das escolas e uma reorganização global do sistema educativo, assente numa Escola Pública com gestão

democrática, verdadeira autonomia pedagógica e que não dependa de fundos comunitários ou de processos de municipalização que aprofundam assimetrias, ao invés de as superarem.

Será esse financiamento adequado que permitirá dar resposta aos problemas que afetam a profissão docente, retirando-lhe atratividade. Para reverter a atual situação, a FENPROF considera indispensável:

- **Recompôr a carreira**, garantindo, finalmente, o direito dos docentes a uma carreira digna e valorizada, o que impõe a contagem integral do tempo de serviço cumprido, a revogação das vagas para progressão a alguns escalões e a eliminação das quotas que provocam graves injustiças na avaliação;
- **Atualizar os salários** para recuperar as perdas acumuladas por força da inflação, fundamental, também, para resolver o problema da falta de professores em algumas regiões;
- **Eliminar a precariedade** e todo o tipo de discriminação que afeta quem se encontra contratado a termo;
- **Regularizar os horários** e melhorar as condições de trabalho em geral, incluindo a diminuição do número de alunos por turma;
- **Criar um regime específico de aposentação** dos docentes aos 36 anos de serviço (de imediato e transitoriamente aos 40, sem penalizações);
- **Criar um regime de mobilidade por doença** que proteja quem necessita e assegurar a aplicação, nas escolas, da legislação sobre Segurança e Saúde no Trabalho;
- **Reverter a municipalização**;
- **Democratizar a gestão das escolas** e acabar com os mega-agrupamentos;
- **Garantir uma formação de docentes de qualidade** em todas as suas modalidades (inicial, contínua e especializada);
- **Criar grupos de recrutamento**, de acordo com o que tem vindo a ser reivindicado, designadamente de Teatro e Expressão Dramática e de Intervenção Precoce;
- **Reforçar a autoridade dos docentes**, criando condições para combater a indisciplina, evitar a violência e elevar o prestígio social da profissão;
- **Exercer plenamente os direitos sindicais**, desde o direito de reunião ao direito à greve, que, com manifesta falta de sentido democrático, governos anteriores têm posto em causa, tendo sido necessário o recurso aos tribunais, em diversas situações, para que se repusesse a legalidade.

Um Protocolo Negocial para a Legislatura

Sem êxito, a FENPROF tentou chegar a um Protocolo Negocial para a Legislatura que está a terminar. Desde o início que reuniu e propôs ao Ministério da Educação esse protocolo, que visava, de forma progressiva e faseada, resolver os problemas existentes e chegar a soluções concretas para problemas que se referem antes.

Mantendo a fundada convicção das vantagens da celebração de um Protocolo Negocial na próxima legislatura, reiteram-se e/ou reformulam-se os 10 pontos que, na opinião da FENPROF, concretizam os aspetos relevantes para conferir atratividade à profissão docente:

- Garantir salários decentes, o que implica a recomposição da carreira (contagem de todo o tempo de serviço e eliminação das vagas) e o enquadramento dos contratados de forma não discriminatória, bem como uma atualização salarial da ordem dos 15%, ainda assim abaixo da forte desvalorização da última década;
- Assegurar condições de trabalho sustentáveis e promover o bem-estar dos professores, designadamente respeitando a organização e o limite legal do horário de trabalho e eliminando burocracia;
- Garantir o ingresso qualificado na profissão e uma efetiva estabilidade, nomeadamente abrindo lugares de quadro das escolas/agrupamentos, de acordo com as suas reais necessidades e pondo fim ao recurso abusivo a contratos precários;
- Rever o regime de avaliação de desempenho, com vista à eliminação das quotas e à sua substituição por modelo de matriz formativa;
- Promover o rejuvenescimento da profissão, criando condições para o regresso à profissão dos que a abandonaram; o acesso dos mais antigos à pré-reforma e à aposentação sem penalizações, no imediato, ao fim de 40 anos de serviço; incentivar o aumento do número de jovens a frequentar cursos de formação de professores;
- Garantir o direito a uma formação inicial de qualidade e a um desenvolvimento profissional contínuo e valorizador das funções e do papel social dos docentes;
- Reforçar a autoridade profissional e o prestígio social da profissão docente;
- Abordar os desafios da igualdade e da diversidade entre os profissionais do ensino;
- Garantir uma maior participação dos docentes nas decisões de natureza pedagógica e, em geral, na gestão das escolas e dos agrupamentos, recuperando princípios de funcionamento democrático essenciais para a Escola Pública;

- Respeitar o exercício da atividade sindical em todos os seus domínios, sem retrocessos antidemocráticos que se têm registado, comprometendo-se com o diálogo social, tornando-o conseqüente por via do desenvolvimento de processos negociais de que resultem soluções justas e valorizadoras da profissão e da Escola Pública.

Lisboa, janeiro de 2024

O Secretariado Nacional da FENPROF